

CARTOGRAFIA E DESCRIÇÃO PRELIMINAR DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS CERÂMICOS NA REGIÃO DA CIDADE DE LAGOA DOURADA, MINAS GERAIS, BRASIL

André Luíz de Melo Farias, Escola Estadual Abeilard Pereira (Lagoa Dourada – MG)

Cristiano Lima Sales, Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Artes Aplicadas

RESUMO

Esta pesquisa transdisciplinar, fundamentada na intercessão entre os campos da geografia, arqueologia e história, registra a existência de sítios arqueológicos com vestígios de cerâmica indígena no Município de Lagoa Dourada, Minas Gerais. A partir desse estudo, foi confeccionado um mapa cartográfico, incluindo a localização por georreferenciamento, a altimetria e uma caracterização preliminar dos sítios identificados, contribuindo para as discussões em torno da etno-história de Minas Gerais e para a história regional da área pesquisada.

1 – INTRODUÇÃO

No Brasil, o cidadão comum que encontra acidentalmente fragmentos ou objetos inteiros de cerâmica confeccionados por povos pretéritos, desenterrados por alguma eventualidade natural ou provocada pelo homem, geralmente fica fascinado e curioso a respeito desses vestígios pelo que eles têm de familiar e ao mesmo tempo de “estranho”, pois foram produzidos intencionalmente por seres tão humanos quanto nós, mas viventes em outro tempo, partilhando hábitos e tradições muito diferentes das que vivenciamos no nosso contexto histórico-cultural atual. Os vestígios cerâmicos nos remetem ao nosso passado através da sua existência física, material, desafiando nossa curiosidade e despertando nosso interesse, especialmente quando se suspeita que o material encontrado pode ter sido produzido por indígenas que porventura teriam habitado a área da descoberta, que teria se tornado um sítio arqueológico com o passar do tempo.

A arqueologia – que significa, literalmente, "estudo do antigo" – é a ciência que busca pesquisar esse passado soterrado pelas eras, na intenção de entender o (e de nos entendermos melhor no) presente, através do estudo dos vestígios materiais deixados pelas sociedades que se sucederam em uma determinada área. Esses vestígios são importantes fontes de informação para a ciência arqueológica. Quando nos referimos aos sinais gráficos e aos artefatos encontrados no nosso território, produzidos pelas sociedades tribais que o habitaram antes da colonização europeia, geralmente os dividimos em três grandes categorias: arte rupestre, lítico (objetos de pedra

trabalhada pelo homem) e cerâmica. Contudo, todas as interferências que demarcam a presença humana no meio, como as marcas de assentamentos (“fundos de cabana”, buracos de esteios, restos de alimentação...), antigas roças, sepultamentos, “oficinas” de produção de artefatos, entre outras, devem ser levadas em conta e estudadas para se construir um “inventário cultural” mais completo do grupo em investigação, para o qual importa muito a contextualização dos vestígios arqueológicos¹. Para que a pesquisa ganhe um fundamento mais sólido, os vestígios precisam ser compreendidos associados ao seu contexto espacial (geográfico) e temporal (histórico), como elementos de construção da paisagem na qual foram encontrados².

Investigações acadêmicas em arqueologia no Brasil são relativamente recentes se levarmos em consideração a história da arqueologia na Europa, por exemplo. As primeiras escavações em solo brasileiro foram realizadas no fim do século XIX, no entanto, pesquisas sistemáticas nesse campo só ganharam impulso na segunda metade do século XX, com a atuação das Missões Franco-Brasileiras a partir de 1973, especialmente em Minas Gerais (Lagoa Santa) e no Piauí. Logo surgiram trabalhos em outras regiões como nos Estados de Goiás, Mato Grosso e em outras áreas do Nordeste.

Minas Gerais pode ser considerada o “berço” da arqueologia e da paleontologia no Brasil. Desde o século XIX áreas do Estado foram exploradas pelo naturalista dinamarquês Peter Wilhem Lund, mundialmente reconhecido por suas pesquisas, incluindo a descoberta de um dos esqueletos humanos mais antigos das Américas, batizado de “Luzia” e datado em torno de 11 mil anos atrás, localizado em Lagoa Santa – cidade que integra a região metropolitana de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais³.

A partir da década de 1970, as pesquisas desenvolvidas em território mineiro ajudaram a (re)construir a história da ocupação das Américas e transformaram Minas Gerais numa região internacionalmente conhecida como celeiro de ricas manifestações arqueológicas, tais como impressionantes conjuntos de arte rupestre, abundantes vestígios líticos e cerâmicos. Contudo, apesar das quase cinco décadas de contínuas pesquisas arqueológicas em Minas, ainda há muito por fazer. As investigações acadêmicas, até o momento, concentraram-se no centro e no norte do Estado, enquanto muitos dos sítios que ocorrem no centro-sul de Minas Gerais ainda não foram pesquisados e nem mesmo registrados no cadastro de áreas de interesse arqueológico do IPHAN⁴.

Há pouco mais de um ano, chamaram nossa atenção alguns relatos feitos por Eliane Faria, discente no curso de Artes Aplicadas da Universidade Federal de São João del Rei, sobre a existência de possíveis sítios arqueológicos indígenas com vestígios de cerâmica e pedra polida no

¹ FUNARI, 2003; FUNARI, 2007; PROUS, 2007.

² Mais detalhes sobre a arqueologia da paisagem, ver CRIADO BOADO, 1993.

³ Um histórico mais completo sobre as pesquisas arqueológicas na região de Lagoa Santa pode ser encontrado em: NEVES e PILÓ, 2008; PROUS, BAETA E RUBBIOLI, 2003.

⁴ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Município de Lagoa Dourada, situado na região Centro-Sul do Estado de Minas Gerais, mesorregião do Campo das Vertentes, microrregião de São João Del-Rei⁵.

Motivados por esses relatos e por alguns vestígios trazidos até nós (ver fotografias a seguir), reconhecemos a necessidade de um trabalho científico de registro e pesquisa desses sítios arqueológicos ainda não explorados nos estudos acadêmicos e de emprendermos análises preliminares de seus vestígios superficiais, em comparação com descrições já realizadas em outras áreas do Estado, possibilitando uma apreensão mais global dos achados em Lagoa Dourada e sua inserção no quadro geral da arqueologia de Minas Gerais.



Vestígios arqueológicos em cerâmica e pedra polida encontrados em Lagoa Dourada, M.G. – Fotos: C. Lima, 2015

Assim, esta pesquisa surgiu das inquietações diante das muitas lacunas a serem preenchidas no campo da arqueologia em Minas Gerais e como uma continuação das nossas pesquisas anteriores em torno da cartografia da cultura material relacionada à Etno-história e à arqueologia indígena do Estado de Minas – pesquisas que desenvolvemos, sempre na perspectiva da transdisciplinaridade, desde 2006⁶. Se antes focamos nas expressões de arte rupestre, agora começamos a explorar mais a fundo o universo da cerâmica arqueológica, uma vez que, atualmente, atuamos no curso de Artes Aplicadas da UFSJ – único bacharelado em artes com ênfase em cerâmica do Brasil. Dessa maneira, procuramos aproveitar nossa formação e atuação em pesquisas que utilizaram metodologias dos campos da história, geografia, arqueologia e antropologia, somadas à nossa própria experiência prática como ceramistas, para abrir um novo eixo de pesquisa tendo como objeto a cerâmica arqueológica.

2 – AS “TRADIÇÕES” NA ARQUEOLOGIA BRASILEIRA

Atuando no Brasil desde a década de 1970, pesquisadores como André Prous (em Minas Gerais) e Niéde Guidon (no Piauí) começaram a esboçar um quadro geral preliminar que os permitiu determinar algumas grandes unidades estilísticas regionais, procurando mapear e

⁵ Dados histórico-culturais do Município de Lagoa Dourada podem ser encontrados em BUZATTI, 2011.

⁶ Ver RESENDE, SALES, ROCHA e FONSECA, 2010; SALES, 2012; RESENDE, SALES, ROCHA, SANTOS, e COUTO, 2014.

classificar os artefatos arqueológicos encontrados no país, à maneira dos estudos estruturalistas europeus. Assim, conjuntos potencialmente semelhantes de grafismos rupestres, material lítico e cerâmica receberam nomes característicos que distinguiriam “estilisticamente” uns dos outros. Aqueles conjuntos que pertenciam a um mesmo período e apresentariam um traço distintivo (uma técnica ou temática iconográfica recorrente, por exemplo) passaram a ser agrupados em “tradições arqueológicas”. Hoje, devido ao avanço dos estudos, que ampliou nosso conhecimento e tornou o quadro classificatório dos vestígios arqueológicos extremamente complexo, sua divisão em “tradições” tem sido muito criticada no meio arqueológico/antropológico, especialmente entre os pesquisadores da arte rupestre. Estes ressaltam, com pertinência, a complexidade do universo pictórico criado pelos indígenas que viviam no nosso território antes da chegada do colonizador europeu e as dificuldades em apreendê-lo e subdividi-lo didaticamente. Nós mesmos, em nossas pesquisas, percebemos uma inconsistência cada vez maior nessas classificações⁷. Estudos recentes no campo da cerâmica arqueológica indicam a mesma situação⁸. No entanto, de modo geral, ainda é adotada no Brasil esse tipo de classificação, pois estamos em fase de reconhecimento e “princípio de organização” didática da diversidade de vestígios arqueológicos que ocorrem no país. Precisamos ainda recorrer às discussões sobre as supostas tradições arqueológicas para termos uma ideia da distribuição espacial das mesmas no território brasileiro e esboçar um quadro antropológico de possíveis relações entre grupos culturais semelhantes e/ou diferentes.

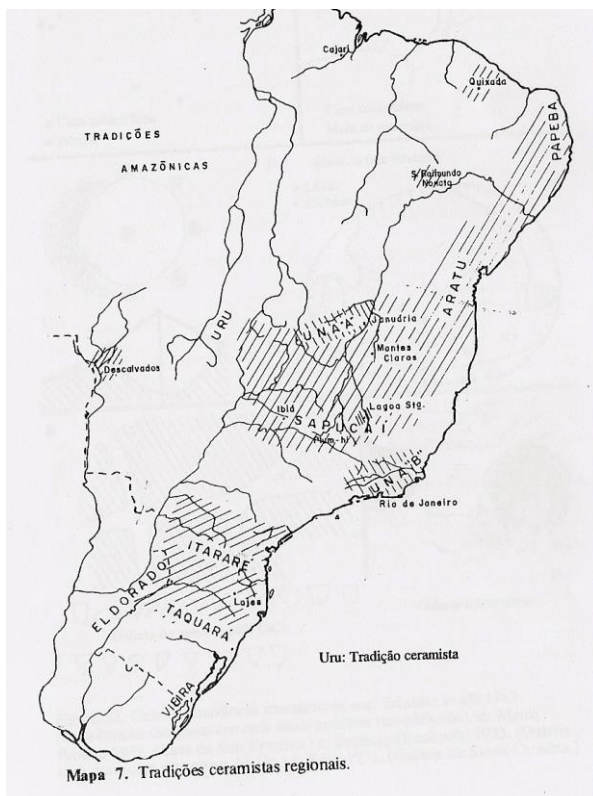
A cerâmica é um dos temas mais apaixonantes e populares entre os investigados pela Arqueologia, Antropologia e História da Arte. Nesses campos de estudo, a cerâmica é considerada uma espécie de “material ideal ou diagnóstico”. “Material ideal” porque, devido à sua boa capacidade de se preservar, torna-se uma categoria de vestígio abundante em muitos sítios arqueológicos, onde aparece na forma de objetos inteiros ou em cacos. O estudo da cerâmica arqueológica presta informações pela análise da morfologia dos objetos, do “estilo” de decoração e/ou iconografia (quando presentes), da composição material da massa argilosa utilizada, das técnicas de confecção e queima das peças, das marcas de uso e até da maneira como os objetos de cerâmica foram depositados ou descartados no sítio arqueológico. E quando se afirma que a cerâmica é um “material diagnóstico”, isso quer dizer que, muitas vezes, no processo de reconhecimento da etno-história de povos extintos em todo o mundo e especialmente nas Américas, a ocorrência de uma “tradição ceramista” em uma determinada área foi utilizada como principal indicativo da existência e ocupação dessa área por uma etnia específica. Ou seja, a “tradição ceramista” acabou “batizando”, identificando a existência e demarcando territorialmente a presença da etnia que a teria produzido.

⁷ SALES, 2012.

⁸ RODRIGUES, 2011; DELFORGE, 2017.

No Brasil, dentro do tradicional quadro classificatório das tradições arqueológicas, foram inicialmente descritas duas grandes “famílias ceramistas”: as “tradições Amazônicas” e a “Tradição Tupiguarani”. A região amazônica tornou-se área de dispersão de sociedades indígenas ancestrais desde fins do Pleistoceno. Já estava ocupada há mais de 12.000 anos por grupos de caçadores-coletores e temos registros seguros do início da produção de cerâmica na área entre 6.000-5.000 a.C. Muitas tradições ceramistas, como a Marajoara, Santarém, Maracá, Aristé, Guarita, entre outras, com suas respectivas variações, já foram descritas na Amazônia, formando um quadro conjuntural rico e complexo⁹. Já a Tradição Tupiguarani, embora apresente significativas variações locais, sugere uma improvável homogeneidade cultural relacionada às características do seu “estilo” de cerâmica, localizada em mais de mil sítios arqueológicos registrados numa área muito extensa – uma faixa de cerca de 4.000 Km no sentido SW-NE – integralmente dentro do território brasileiro. Assim, a cerâmica Tupiguarani é considerada uma “tradição pan-brasileira”, devido a essa grande dispersão dos grupos que produziam esse tipo de artefato, dispersão essa associada à navegação de grandes rios das principais bacias fluviais brasileiras¹⁰.

Além das duas grandes “famílias ceramistas” mencionadas, no país aparecem outras tradições mais regionalizadas, como um complexo ceramista meridional (no Rio Grande do Sul), algumas tradições ceramistas nordestinas e abundantes ocorrências de produção cerâmica em áreas do Brasil Central nas formas das chamadas tradições Una, Aratu, Sapucaí e Uru.



Mapa das Tradições Ceramistas regionais no Brasil (PROUS, 1992)

⁹ Conforme NATALINO, 2006; PROUS, 1992; PROUS, 2007.

¹⁰ De acordo com PROUS, 1992; PROUS, 2003; PROUS 2005; PROUS, 2007.

Enquanto a Tradição Una parece ter sua ocorrência vinculada a abrigos em regiões rochosas, as tradições Uru, Sapucaí e Aratu, descritas, respectivamente, em Goiás, Minas Gerais e Bahia, aparecem em grandes sítios a céu aberto, ocupando extensas áreas de cerrado em todo o Planalto Central Brasileiro. Muito já se discutiu sobre a relativa uniformidade das formas que caracterizaria as três últimas tradições, aproximando-as a tal ponto que, conforme narra Prous¹¹, já chegaram a ser reunidas numa única tradição sob a denominação geral “Aratu-Sapucaí”. Nos sítios arqueológicos Aratu-Sapucaí aparecem grandes urnas globulares (de cerca de 85 cm, em média), de superfície lisa (sem decoração aparente) e paredes espessas, ao lado de peças mais delicadas, também globulares, mas pequenas e de paredes finas, por vezes recobertas por um banho de engobe¹². É muito comum encontrar também, nesses sítios, material confeccionado em pedra polida – “mãos de pilão”, “batedores”, “raspadores”, machadinhas de base picoteada e machadinhas semilunares –, sendo que a associação entre esses tipos de cerâmica e de ocorrência lítica acaba sendo um fator que diagnostica a presença da Tradição Aratu Sapucaí.

Alguns estudos recentes levantam a hipótese de que também a tradição Una, localizada nos abrigos rochosos, poderia ser uma simples variação da tradição Aratu-Sapucaí, do cerrado aberto; ou seja, haveria um fluxo cultural, ou mesmo físico, constante entre os ocupantes dos abrigos e os grupos assentados no cerrado. Essa relação complexa entre o que hoje chamamos de tradições Una, Aratu, Sapucaí e Uru continua sendo campo de debates entre pesquisadores – por um lado, alguns estudos enfatizam as semelhanças entre elas e propõem uma unificação que criaria uma terceira grande família ceramista de ocorrência em todo o Planalto Central. Por outro lado, há pesquisas que investigam as diferenças locais na produção dessas tradições ceramistas, criando um quadro muito mais complexo a partir de análises das técnicas de confecção, das queimas e dos elementos que constituem a massa argilosa utilizada nas peças. Se observarmos as diferenças, essas tradições não corresponderiam a uma unidade cultural, mas a uma espécie de rede de grupos indígenas ancestrais aparentados, com variações internas, mas que, no conjunto, difeririam dos demais.

É preciso destacar outro fator que dificulta ainda mais a constituição de um panorama claro sobre a unificação ou diferenciação dessas quatro tradições ceramistas do Planalto Central – a intrusão de características de outras tradições. Comparativamente, enquanto a cerâmica arqueológica amazônica e Tupiguarani parecem ser facilmente identificadas pelos seus abundantes elementos decorativos – pinturas, incisões e formas geométricas e figurativas modeladas – a cerâmica arqueológica do Brasil Central é, em geral, “simples”, desprovida de decoração e não varia muito na forma (globular). Entretanto, muitas vezes os povos do Brasil Central mostram ter

¹¹ PROUS, 1992 – páginas 350-355.

¹² Substância composta de argila líquida e pigmentos minerais, utilizada como “tinta”, com o objetivo de decorar peças de cerâmica com cores diversas.

assimilado características “ornamentais” dos grupos ceramistas vizinhos na sua produção. Assim aparecem, por exemplo, elementos típicos da tradição Tupiguarani na cerâmica de vários sítios Aratu-Sapucaí, bem como formas características de tradições amazônicas em algumas “fases” da cerâmica Uru, em Goiás. Esses fatos atestam uma certa “abertura” dos povos do Brasil Central, certamente ancestrais dos Jê atuais¹³, à assimilação de características culturais de grupos indígenas diferentes deles, tornando flagrantemente complexa a tarefa de delimitar tradições de maneira muito rígida, o que, acreditamos, não reflete a realidade de prováveis trocas constantes entre povos diversos entre si, desde muito antigamente.

Pensamos ainda ser necessário nos reportarmos às tradições arqueológicas para pontuarmos nossos estudos, mas sempre tendo em vista uma maior amplitude de elementos para além da simples análise estética, formal e iconológica, incorporando às nossas pesquisas uma riqueza de dados importantes tais como os materiais e técnicas empregados na confecção das peças, a inserção dos sítios arqueológicos na paisagem e os prováveis contatos culturais expressos nos objetos e vestígios encontrados.

Avaliar a dispersão/localização de determinada maneira de confeccionar objetos em cerâmica exige prospecções sistemáticas em várias regiões, pois, dificilmente, uma única equipe de pesquisa consegue realizar trabalhos detalhados em toda a área ocupada por uma tradição ceramista. É para contribuir com a construção do conhecimento e com todo esse debate em torno da cerâmica indígena arqueológica no Planalto Central Brasileiro, em Minas Gerais e, especificamente, nas regiões do Campo das Vertentes e Sul de Minas que realizamos o trabalho de cartografia e descrição preliminar de alguns dos sítios cerâmicos encontrados no Município de Lagoa Dourada, conforme relatamos a seguir.

3 – RELATO DO TRABALHO DE CAMPO: ORALIDADE, DESCRIÇÕES PRELIMINARES E NOSSAS INFERÊNCIAS ACERCA DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS EM LAGOA DOURADA

Após revisão bibliográfica de obras dos campos da geografia, arqueologia, antropologia e história local, partimos para as pesquisas *in loco* no Município de Lagoa Dourada visando a prospecção, identificação, localização por georreferenciamento e registro fotográfico dos prováveis sítios arqueológicos com vestígios de cerâmica dos quais tínhamos notícias, como já dito, através dos relatos e fotografias trazidos até nós por Eliane Farias, discente do curso de Artes Aplicadas e moradora da cidade, que nos acompanhou durante todo o estudo. Nessa etapa do trabalho contamos também com a colaboração do topógrafo e Mestre em geografia Ricardo Couto e do arqueólogo, professor no curso de Artes Aplicadas da UFSJ, Dr. Alexandre Henrique

¹³ Ver BERNARDO, 2011.

Delforge, integrando a equipe de campo. As múltiplas áreas de atuação e o conhecimento empírico do grupo nos possibilitaram maior segurança no contato direto e na abordagem dos sítios, ainda que nosso objetivo tenha sido apenas uma apreensão inicial dos dados observados em campo, descartando intervenções mais profundas (como uma escavação) e focando na análise de superfície dos sítios arqueológicos.

O desenvolvimento desta pesquisa, desde a motivação inicial, passando pela execução do trabalho de campo até o acesso à multiplicidade de informações contidas neste relatório, foi marcado pelos relatos orais dos moradores de Lagoa Dourada, que se tornaram elemento importante, diríamos mesmo essencial, para os resultados alcançados. Assim, daremos ênfase também à oralidade como dado não menos importante em relação à pesquisa arqueológica em si, no corpo do nosso relato.

São recorrentes, em Lagoa Dourada, histórias e “casos” de família envolvendo indígenas como possíveis avós ou bisavós de moradores. Nesses relatos orais existe também um consenso a respeito da presença da “tribo Catauá” no entorno do Município até o período colonial, quando esse povo indígena teria sido incorporado à população local ou apenas “desaparecido”. É também muito comum a posse objetos de pedra polida e de cerâmica arqueológica por pessoas do lugar, guardados em pequenas coleções particulares. Entre esses objetos há uma mistura de vestígios de origem indígena pré-colonial e de peças já do período colonial, como cerâmica torneada, vasos de cerâmica neo-brasileira e cachimbos. Há que se destacar a presença material marcante da cultura afro-brasileira na região, que certamente influenciou a produção dos objetos do período colonial e que aparece também nos traços étnicos da população. Em muitos momentos, os próprios moradores com os quais mantivemos contato, especialmente aqueles residentes na periferia do núcleo urbano, expressaram verbalmente, sem reservas, essa ancestralidade múltipla compartilhada por todos.



Ferramentas em pedra polida e vaso de cerâmica neo-brasileira (colonial) encontrados em Lagoa Dourada e conservados pelos moradores da cidade – Fotos: C. Lima, 2017.

Iniciamos o trabalho indo ao encontro do padre José Walter Silva de Carvalho, pároco da igreja Matriz de Santo Antônio, localizada no centro do núcleo urbano da cidade. Além de nos conduzir à residência de uma moradora que guarda uma “mão-de-pilão” de pedra polida, o padre José nos levou a uma pequena coleção de artefatos arqueológicos, mantida em sala anexa à igreja, onde também se encontram peças de interesse histórico e religioso. Foi ele também quem nos deu as primeiras indicações seguras da existência de um sítio arqueológico em terreno da paróquia, situado não muito distante da igreja, de onde teriam vindo alguns dos cacos de cerâmica e duas das machadinhas polidas que se encontram na sua coleção.



À esquerda, vestígios de cerâmica e pedra polida na coleção do Padre José e, à direita, “mão-de-pilão” de pedra polida conservada por uma moradora de Lagoa Dourada – Fotos: C. Lima, 2017.

A seguir relatamos os processos de prospecção e fazemos breves análises preliminares dos sítios arqueológicos propriamente ditos – três locais identificados, nos quais encontramos indícios materiais da presença pretérita de sociedades indígenas, relacionando nossos achados aos relatos dos moradores.

3.1 – “SÍTIO CHÁCARA DA IGREJA”

Como é muito comum na cidade, este sítio arqueológico foi descoberto por operadores de trator durante o trabalho de execução de um aceiro¹⁴ ao longo e na parte interna da cerca divisória de uma pequena propriedade rural da Paróquia de Lagoa Dourada, situada muito próxima da área urbana, ao sul da igreja Matriz. Uma vez revolvida a terra da superfície com a grade ou arado do trator, vieram à tona cacos cerâmicos e ferramentas de pedra polida que chamaram a atenção dos trabalhadores e do pároco, que nos forneceu algumas coordenadas referentes à localização do sítio.

¹⁴ Remoção da vegetação superficial de uma determinada área para evitar a propagação de incêndios.

No terreno, a partir das indicações do padre, realizamos uma sondagem visual de superfície caminhando pelo aceiro e não demoramos muito a localizar o sítio arqueológico devido, especialmente, ao visível contraste entre a tonalidade geral vermelha do solo da área e a cor escurecida, marrom, do terreno onde o sítio se formou – indício de acúmulo de material orgânico, típico de antigas áreas de assentamento indígena.



No alto, visão geral do sítio arqueológico. Acima, sequência de três imagens dos vestígios de cerâmica encontrados no local – Fotos: C. Lima, 2017.

Identificado no topo de uma colina de onde se tem boa visão espacial geral de toda a área, este sítio arqueológico contém, além do terreno enriquecido pela ação humana, abundantes fragmentos de cerâmica de espessura variada, indicando que integravam objetos de diferentes tamanhos, de formas arredondadas e com diversos efeitos de queima. Na área de acúmulo do material arqueológico, que mede cerca de 40 m de circunferência, não identificamos ferramentas nem fragmentos de objetos de pedra polida. Como já dito, pelo menos algumas dessas ferramentas já foram removidas e encontram-se no acervo da igreja Matriz.

3.2 – “SÍTIO MANDIOCAL”

Após a prospecção no terreno da igreja, visitamos o distrito denominado “Catauá”, distante cerca de 15 km, sentido nordeste, do centro da cidade e tido nos relatos orais dos moradores como local de uma antiga aldeia indígena. No povoado fomos guiados pelo Sr. A. I. B.¹⁵, conhecedor da área, que, inicialmente, nos mostrou alguns objetos guardados por ele – fragmentos de vasos torneados e cachimbos confeccionados em moldes, ambos muito comuns em áreas ocupadas por núcleos urbanos coloniais. Ele nos disse ainda que possuía um lote próximo dali, onde existiam fragmentos semelhantes no solo e de onde teriam vindo alguns daqueles objetos. Em seguida, nos conduziu até o local e, lá, pudemos identificar um sítio arqueológico muito impactado em meio ao mandiocal plantado pelo proprietário.

Este sítio situa-se numa meia encosta ladeada pela estrada de acesso ao povoado, e apresenta cacos cerâmicos semelhantes aos do “Sítio Chácara da Igreja”, em menor quantidade, mas associados a fragmentos de ferramentas de pedra polida. Suspeitamos que esses vestígios teriam chegado até a área levados pelas águas da chuva, no entanto, nas nossas sondagens da superfície do topo do morro mais próximo, apesar de o terreno ter boa visibilidade (vegetação muito rala), não identificamos nenhum vestígio arqueológico. Estimado em cerca de 20 m de circunferência, o sítio não apresenta alteração significativa na coloração do solo em relação ao entorno, provavelmente devido aos impactos sofridos pela intensa e sucessiva ocupação da área, atestada pela presença próxima de um sítio arqueológico composto por ruínas de uma edificação em taipa, muito provavelmente do período colonial, mas que ninguém da cidade sabe dizer exatamente a que estrutura pertenceram.



À esquerda, vestígios encontrados no “Sítio Mandiocal”. À direita, imagem do sítio do período colonial composto por ruínas de taipa no povoado Catauá – Fotos: C. Lima, 2017.

¹⁵ Optamos por usar apenas as iniciais dos nomes dos moradores de Lagoa Dourada que estiveram envolvidos diretamente com impactos causados aos sítios arqueológicos pesquisados para proteger suas identidades.

3.3 – “SÍTIO DA GRANJA”

Das localmente famosas ruínas de taipa do povoado “Catauá” temos uma visão panorâmica de uma área de topo de morro, ao norte, onde hoje existe uma granja. Este local era, provavelmente, um dos sítios arqueológicos mais interessantes que existiam na região. No entanto, no ano de 2016, o local sofreu um processo de terraplanagem para nivelamento do terreno e construção das instalações da granja, que removeu até 5 m de solo de alguns pontos do topo do morro, destruindo completamente o sítio. O Sr. V. S. F., operador da máquina de terraplanagem que fez o trabalho, nos concedeu uma entrevista na qual disse que, ao perceber que durante a obra surgiram vários cacos de cerâmica na superfície do terreno, ficou curioso com o fato e passou a recolher alguns daqueles fragmentos, de espessuras e acabamentos variados (“alguns mais rústicos e outros mais detalhados”), além de 3 ou 4 machadinhas de pedra polida. Observando o terreno com mais atenção, percebeu que havia “uma fila de uns 7 potes enterrados, distantes cerca de um metro um do outro. E em torno desses grandes potes, o terreno formava uns círculos de terra preta”. Ele acabou retirando do local um desses “potes” quase inteiro, em cujo interior havia uma “massa escurecida, oleosa e viscosa” que foi removida no processo de recolhimento da peça. A urna se fragmentou no transporte até sua casa e, após nosso contato durante a pesquisa, o Sr. V. S. F. nos permitiu ficar com a guarda do material, uma vez que expressamos a intenção de restaurar a peça, recompondo seu formato original e de entregá-la a uma instituição pública regional que poderá acomodá-la e exibi-la.



Urna fragmentada, retirada da área da chácara durante o processo de terraplanagem do terreno – Fotos: C. Lima, 2017.

O Sr. V. S. F. nos narrou ainda outra descoberta de um sítio arqueológico no Município de Lagoa Dourada, mais de 20 anos atrás:

“No ano de 1996, no mês de julho, em um terreno nas proximidades do povoado do Diamante, estava preparando o terreno para plantio e notei uma terra preta em um círculo

de raio aproximado de 60 metros. Depois de passar o trator, percebi vários cacos de cerâmica, mas não sabia do que se tratava. Durante cerca de 4 anos depois, os trabalhadores locais ainda encontravam algumas machadinhas no local, em dias diferentes.”

Infelizmente não foi possível visitarmos esse local, que não estava previsto no roteiro inicial, mas fica o registro oral para futuras investigações.

Ainda acompanhados pelo Sr. A. I. B., seguimos para nordeste, rumo a uma área na qual os relatos dos moradores afirmam ter existido uma grande aldeia indígena que teria resistido até o período colonial. Seria a derradeira área de ocupação de um grupo indígena sobrevivente, contemporâneo da sociedade colonial local em formação, constituída, também por “brancos” e negros. Porém, na ampla colina em suave declive tomada pela pastagem de *brachiaria*, indicada pelo Sr. A. I. B. como sendo a área onde viveu essa última “tribo”, encontramos pouquíssimos cacos cerâmicos e, nas nossas análises iniciais, apenas um desses cacos poderia ser pensado como de possível origem indígena, dadas as características de execução da peça. Assim, registramos a área como possível sítio arqueológico indígena, mas ressaltamos a necessidade de novas investigações para comprovar ou descartar essa hipótese.



À esquerda, imagem do possível local de existência da última tribo indígena em Lagoa Dourada, de acordo com relatos orais. À direita, visão da chácara ocupando o topo de morro que antes era um sítio arqueológico – Fotos: C. Lima, 2017.

Por fim, no retorno da “antiga aldeia”, resolvemos ir até a área da granja para avaliar se haveria ainda alguma possibilidade de encontrar material arqueológico no local. Durante o trajeto, conduzidos pelo Sr. A. I. B., este nos disse que a visitação à granja poderia ser tensa devido ao medo dos proprietários e do vigia do local, que estavam “revoltados” com a atuação de fiscais “do governo” no Município¹⁶. No nosso encontro, o Sr. L. P. R., encarregado de vigiar e manter o funcionamento da granja, mostrou-se um tanto assustado, mas, durante nossa conversa, ficou mais tranquilo e se abriu ao diálogo, reafirmando os relatos orais sobre a origem multiétnica da

¹⁶ Aparentemente, os moradores referem-se aos técnicos de órgãos ambientais que fiscalizaram os empreendimentos rurais no Município.

população local, se dizendo, ele próprio, “neto de índios e negros”. O Sr. L. P. R. confirmou a destruição total do sítio arqueológico no terreno da granja onde estávamos, dizendo que não restou nada dele, pois o topo de morro onde estavam os vestígios foi completamente removido. Por fim, o trabalhador expressou sua apreensão em relação à atitude dos representantes “do governo” que estariam fazendo vistorias em Lagoa Dourada “apenas para aplicar multas altíssimas, sem explicar direito porquê”. Nas suas palavras:

“Eles chegam, multam a gente dizendo que se não pagar vamos presos. Só que ninguém tem o dinheiro pra pagar essas multas absurdas... E quando alguém tem e paga, eles ficam com o dinheiro e pronto, morreu o assunto. Ninguém faz mais nada, ninguém explica nada e as ameaças continuam. Ninguém tem mais sossego pra trabalhar...”

A crítica do Sr. L. P. R. revela que, hoje em dia, os moradores estão cientes de que é errado destruir o patrimônio arqueológico encontrado nos sítios, mas sem saber exatamente porquê, pois não há, por parte das ações do Governo, nenhum trabalho de esclarecimento, orientação ou educação ambiental/ patrimonial. Os fiscais se limitariam a aplicar multas, criando uma atmosfera intimidatória que gera medo na população local. Acreditamos que esse tipo de relação, certamente, mais deseduca que contribui para a conscientização, uma vez que, sem saber o que e como fazer, os moradores podem apelar para a ocultação das descobertas arqueológicas e até mesmo para a burlagem da legislação patrimonial que, na visão de muitos deles, se chocaria com seus interesses e atrapalharia seus projetos de trabalho¹⁷.

4 – VISÃO GERAL DOS SÍTIOS E DOS ACHADOS – UM ESBOÇO DO PANORAMA ETNICO-CULTURAL INDÍGENA EM LAGOA DOURADA

A geografia de Lagoa Dourada é caracterizada pela conformação de “mar de morros” – relevo acidentado composto por agrupamento de colinas sucessivas, entrecortadas por vales que, por vezes constituem calhas de escoamento pluvial e, outras vezes, leitos de córregos ou rios. A vegetação é um mosaico de espécies típico de área de transição entre cerrado, campo de altitude e mata atlântica, com aspecto geral de campo sujo composto de gramíneas, arbustos e árvores de porte variável. Ocorrem muitas plantas típicas do cerrado (com notável ausência de espécies características do cerrado na região central do Brasil, como o pequizeiro e o buritizeiro), dos campos de altitude e até mesmo árvores de grande porte tanto do cerrado quanto da mata atlântica¹⁸. Há intensa intrusão de espécies exóticas, introduzidas pelos moradores ao longo do tempo, que modificaram sensivelmente a paisagem nativa, especialmente de gramíneas africanas usadas como

¹⁷ Sobre a delicada relação entre órgãos governamentais como o IPHAN e as populações locais, e sobre maneiras equivocadas como são feitos alguns trabalhos de preservação do patrimônio, consultar: VIEIRA, 2015; VIEIRA, 2017.

¹⁸ Sobre essas caracterizações ver ROUGERIE, 1971.

alimentação na criação de gado (e que acabaram se tornando invasoras), eucaliptos plantados com finalidade comercial e outras espécies arbóreas, principalmente frutíferas.

Praticamente toda a área do entorno da cidade sofreu e sofre recorrentes impactos causados pela ação antrópica, sendo a paisagem pontuada por residências esparsas, em torno das quais se concentram as atividades dos moradores. Pelo que pudemos perceber, é muito comum que as chácaras e residências rurais atuais tenham sido implantadas sobre áreas que são sítios arqueológicos indígenas e do período colonial, mostrando uma relação de continuidade entre as ocupações pré-coloniais, coloniais e contemporâneas.

No que tange especificamente à cerâmica arqueológica indígena, uma relação cultural que normalmente é estabelecida em diversos estudos (embora seja questionável em muitos casos) indica que a introdução da olaria, ou seja, o desenvolvimento do hábito de produzir objetos em cerâmica, estaria associada a uma nova e gradual organização das aldeias, a uma relativa fixação das populações indígenas que a produziram e ao desenvolvimento da agricultura¹⁹.

Seguindo esse raciocínio, e pensando na relação cerâmica/agricultura em todo o Brasil central (região na qual se insere esta pesquisa), poderíamos supor que a confecção de vasilhames de cerâmica teria sido motivada principalmente pela necessidade de armazenar e preparar alimentos produzidos em maior quantidade nas “roças” indígenas, bem como a feitura de machadinhas e outras ferramentas de pedra polida estaria associada à necessidade de desbaste da vegetação nativa para plantio dessas “roças” e ao processamento de gêneros alimentícios cultivados. O manejo do terreno para plantio e as próprias atividades cotidianas de preparo e descarte de alimentos nas aldeias assentadas teriam gerado melhorias nas condições do solo que essas aldeias utilizavam ou ocupavam, mudando a paisagem no sentido de enriquecê-la com espécies úteis, plantadas nos solos férteis criados pela ação humana. Com o passar dos séculos (poderíamos dizer, em alguns casos, até de milênios), esses solos férteis produzidos pelas sociedades indígenas acumularam, também, vestígios da cultura material desses grupos, descartados e soterrados pelo constante trabalho do terreno ou mesmo enterrados propositalmente nos seus rituais, tais como os potes de cerâmica convertidos em urnas funerárias²⁰.

Com o início da colonização europeia, essas antigas áreas de assentamentos indígenas, já manejadas e enriquecidas, tornaram-se, imediatamente, alvo da cobiça dos colonos que passaram a usurpar os antigos territórios indígenas, a construir suas moradias e estabelecer seus plantios em áreas de aldeias deslocadas ou mesmo dizimadas. Essa foi uma lógica recorrente nas instalações

¹⁹ PROUS, 1992; PROUS, 2007

²⁰ Situações de manejo e enriquecimento da paisagem e do solo pelas sociedades indígenas no cerrado e na Amazônia são abordadas em: ARROYO-KALIN, 2010; MAGALHÃES, 2010; POSEY, Darrell A., 1986; RIBEIRO, 1995; RIBEIRO, 2000; RIBEIRO 2002.

coloniais, lógica que aparece exemplarmente na distribuição e localização das propriedades rurais sob sítios arqueológicos indígenas, no entorno de Lagoa Dourada.

Neste, como em outros casos semelhantes²¹, portanto, o terreno escurecido, a “terra preta”, não são apenas mero indicativo dos locais onde são encontrados cacos de cerâmica e fragmentos líticos, mas são eles em si mesmos, prova da ocupação e intervenção cultural no meio, que caracteriza, conjuntamente com os outros vestígios, um sítio arqueológico indígena.

Em Lagoa Dourada, a presença de peças e fragmentos de cerâmica globular de diversas espessuras e dimensões, aparentemente desprovidos de decorações de superfície associados a material lítico polido, presentes nos sítios arqueológicos localizados de acordo com o mapa que apresentamos a seguir, sugere uma filiação dos grupos indígenas que produziram tais artefatos à Tradição Aratu-Sapucaí²². No entanto, se levarmos em conta a tradição oral local, que perpetuou a suposta presença da “tribo Catauá” na região, tendo, inclusive, tornado-se topônimo de um distrito da cidade; se estabelecermos uma relação com outros relatos arqueoetnográficos tais como o encontrado em “Arqueologia Brasileira”, de André Prous:

Um dos elementos curiosos neste sítio [Sítio da fazenda São Geraldo, Município de Ibiá] é a coexistência de cerâmica Sapucaí com pequenos vasilhames pretos que se parecem muito com os da Tradição Una, e apresentam algumas formas absolutamente idênticas às da Pedra do Caboclo [sítio típico da Tradição Una]. Talvez por ter feito observações semelhantes, O. Dias falou, na reunião de Goiás de 1980, que o material Sapucaí apresentava características por vezes mais próximas da Tradição Una do que da Aratu da Bahia; no entanto, não se estendeu em pormenores sobre o assunto. Esses sítios da região sudoeste mineira costumam ser atribuídos aos “Cataguás”, que resistiram demoradamente aos invasores brancos, mas não chegaram a ser estudados. (PROUS, 1992, p.352)

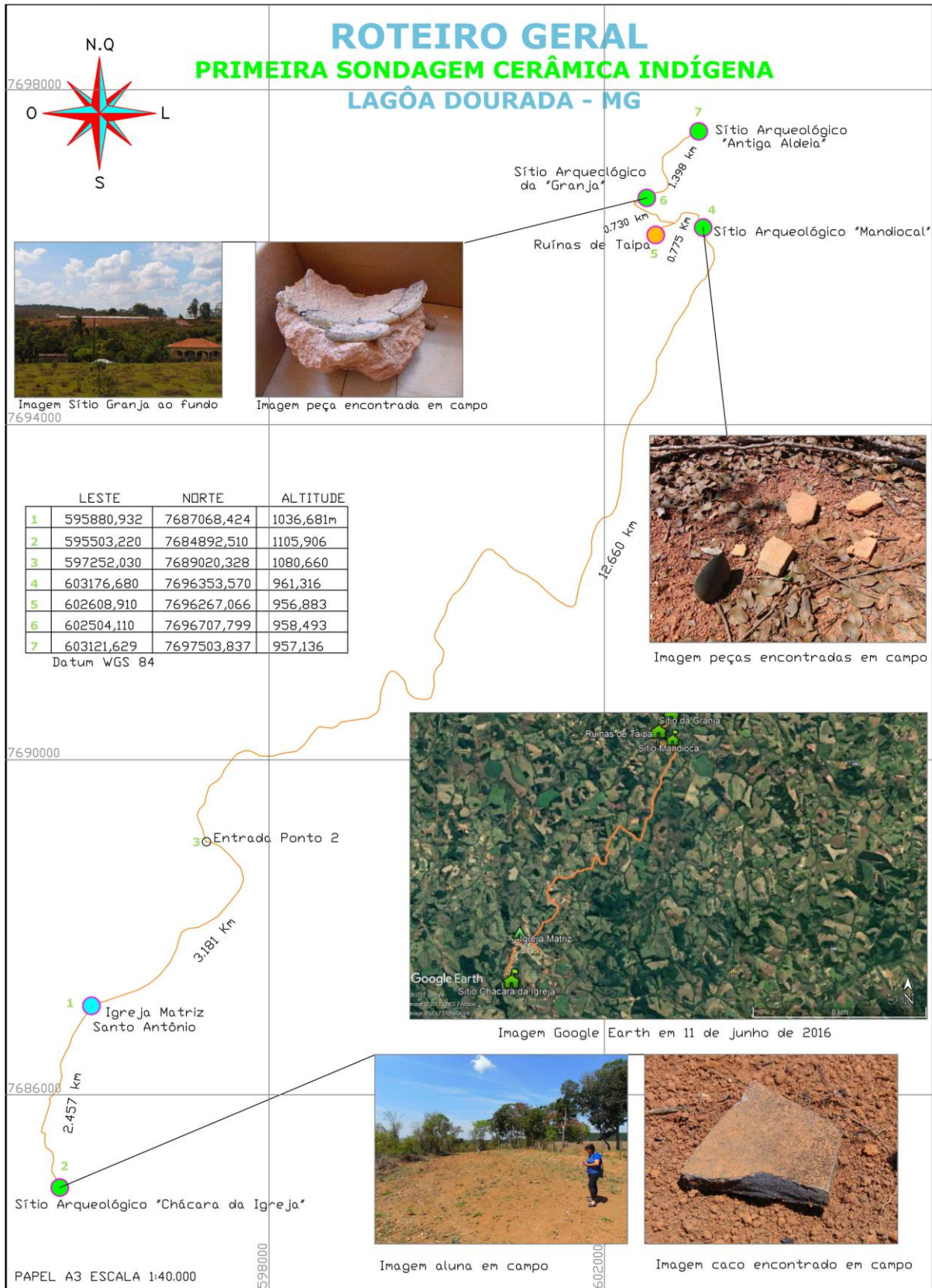
- e aceitarmos que o termo “Catauá” usado em Lagoa Dourada possa ser uma variante local de “Cataguá”²³, teremos um quadro classificatório um pouco mais complexo que, mais uma vez, supõe uma relação de proximidade entre tipos diferentes de cerâmica que hoje estão divididos entre as chamadas tradições Aratu-Sapucaí e Una.

De qualquer maneira, de acordo com o que temos hoje nos estudos arqueológicos, os vestígios presentes nos sítios indígenas de Lagoa Dourada parecem não apresentar influências estilísticas de outros grupos como dos Tupiguaranis, por exemplo e, assim, podem ser entendidos como certamente pertencentes à cultura material de povos da “linhagem” macro-jê.

²¹ Idem ao anterior.

²² De acordo com as pontuações encontradas em DIAS, 2007; PROUS, 1992; PROUS, 2003.

²³ Conforme expresso no capítulo “Catauá: reduto dos Cataguases”, na obra de GUIMARÃES, CORRÊA FILHO e LEAL (orgs.), 2008, p.13-28.



Mapeamento do roteiro da pesquisa com georreferenciamento e altimetria dos sítios arqueológicos identificados.
Elaboração: Ricardo Couto

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de pontual, esta pesquisa, vem corroborar os resultados de outras investigações recentes, referentes aos vestígios arqueológicos indígenas circunscritos às tradições Aratu, Sapucaí e Una, para as quais está posta a questão da variação interna como desafio a ser encarado nas pesquisas que, antes, focavam apenas no que essas tradições teriam em comum.

Novas investigações devem gerar informações decisivas para que possamos conhecer mais a fundo o processo de ocupação do nosso território e as relações dos grupos indígenas entre si e com o ambiente que herdamos, onde vivemos hoje. Nesse sentido, julgamos imprescindível o desenvolvimento da pesquisa científica, na medida em que esta contribui para a formação de consciências que se identifiquem e se relacionem com o patrimônio cultural legado pelos nossos ancestrais, e promove a sensibilização, valorização e envolvimento da comunidade, ampliando, assim, a capacidade de observação da realidade local para compreender as relações sociais globais existentes no nosso próprio tempo.

A excelente recepção e disposição dos moradores em contribuir com esta pesquisa marcaram nossa passagem por Lagoa Dourada. Foi marcante também a crítica à atuação dos órgãos governamentais de fiscalização, que priorizam a aplicação de multas e não têm promovido nenhuma ação de educação ambiental e patrimonial visando a prevenção da destruição de sítios arqueológicos na área pesquisada.

Nosso país precisa mudar o quadro geral de desconhecimento em relação às nossas culturas ancestrais, situação que acaba por gerar preconceitos terríveis contra as populações indígenas que habitaram/habitam nosso território e que construíram todo um saber no processo de co-evolução com o meio natural – um conhecimento herdado por nós, mesmo que não percebamos claramente. Precisamos incorporar na nossa história, a história milenar dos povos indígenas que nos antecederam²⁴. Assim, a elaboração do mapa cartográfico geral e a caracterização preliminar dos sítios investigados por nós torna-se um subsídio importante para futuras atividades de educação patrimonial que pretendemos colocar em prática ainda no ano corrente, através da exposição dos resultados desta pesquisa em um ciclo de palestras voltadas para a rede pública de ensino em Lagoa Dourada.

²⁴ Na perspectiva apontada por SEDA, 2007.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO-KALIN, Manoel. “A domesticação na paisagem: os solos antropogênicos e o Formativo na Amazônia”. In: PEREIRA, Edithe e GUAPINDAIA, Vera. (orgs.). *Arqueologia da Amazônia*. Vol 2. Belém: MPEG/IPHAN/SECULT, 2010. p. 879-908.

BERNARDO, Danilo Vicensotto. “O Nome da tribo”. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano 6, nº 71. Rio de Janeiro: SABIN, 2011, p. 34-35.

BUZATTI, Dauro J. *Lagoa Dourada: 300 anos – Síntese Histórica*. Belo Horizonte: Ed. do autor, 2011.

CRIADO BOADO, Felipe. “Límites y posibilidades de la arqueología del paisaje”. In *SPAL Revista de Prehistoria y Arqueología*. Vol 2. Universidad de Sevilla. 1993 (mimeog).

DELFORGE, Alexandre Henrique. *O sítio arqueológico “Cerâmica Preta”*: estudo das técnicas e da cadeia operatória da cerâmica queimada em ambiente redutivo dos povos pré-coloniais praticantes da cerâmica Aratu-Sapucaí. Tese de doutoramento em arqueologia. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia. MAE-USP, 2017

DIAS, Ondemar. “Ocupação do território de Minas Gerais: grupos horticultores ceramistas”. In: OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures de. (org.). *Arqueologia e Patrimônio de Minas Gerais*. Juiz de Fora: Editar, 2007.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Arqueologia e Patrimônio*. São Paulo: Habilis Editora, 2007.

GUIMARÃES, Betânia Maria Monteiro; CORRÊA FILHO, João Antônio; LEAL, Murilo Cruz (orgs.). *Paisagens das Vertentes*. São João del Rei: UFSJ, 2008.

MAGALHÃES, Marcos Pereira. “Natureza selvagem e natureza antropogênica na Amazônia Neotropical”. In: PEREIRA, Edithe e GUAPINDAIA, Vera. (orgs.). *Arqueologia da Amazônia*. Vol. 1. Belém: MPEG/IPHAN/SECULT, 2010. p. 403-424.

NATALINO, Eduardo et all. *Por Ti América – Arte pré-colombiana*. Rio de Janeiro: MINC/Centro Cultural Banco do Brasil, 2002.

NEVES, Walter Alves; PILÓ, Luiz Beethoven. *O Povo de Luzia – em busca dos primeiros americanos*. São Paulo: Globo, 2008.

POSEY, Darrell A. “Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó)”. In: RIBEIRO, Bertha G. (coord.). *Etnobiologia – Suma Etnológica Brasileira*, vol. 1. Rio de Janeiro: Vozes/FINEP, 1986, p. 173-188.

PROUS, André. “A Pintura em cerâmica tupiguarani”. In: *Ciência Hoje*, vol. 36 - nº 213. Março de 2005.

PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Ed. UNB, 1992.

PROUS, André; BAETA, Alenice; RUBBIOLI, Ezio. *O patrimônio arqueológico da região de Matozinhos: conhecer para proteger*. Belo Horizonte: Ed do autor, 2003.

PROUS, André (e PIMENTEL, Lucia Gouvêa – orientações pedagógicas). *Arte Pré-histórica do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2007.

RESENDE, Maria L. Chaves de; SALES, Cristiano Lima; ROCHA, Leonardo Cristian; FONSECA, Bráulio Magalhães. “Mapeamento da arte rupestre na Estrada Real”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Rona Editora Ltda. Ano XLVI, nº 2, julho-Dezembro de 2010. p. 109-125.

RESENDE, Maria L. Chaves de; SALES, Cristiano Lima; ROCHA, Leonardo Cristian; SANTOS, Patrícia Palma, COUTO, Ricardo Carvalho. “Estrada Real: um ‘lugar de memória’ dos povos indígenas”. *Tempos Gerais - Revista de Ciências Sociais e História da UFSJ*. Número 5 – 2014. p. 43-63.

RIBEIRO, Bertha. “A contribuição dos indígenas para a cultura do Brasil”. In: SILVA, Aracy L. da; GRUPIONI, Luís D. B. (orgs.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: Ministério da Educação, 1995. p.197-216.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. “História Ecológica do Sertão Mineiro e a Formação do Patrimônio Cultural Sertanejo”. In: LUZ, Cláudia e DAYRELL, Carlos. *Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade*. Montes Claros: Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas/Rede Cerrado, 2000. p. 47-106.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. “O Eldorado do Brasil central: história ambiental e convivência sustentável com o Cerrado”. In: Alimonda, Héctor. *Ecología política: Naturaleza, sociedad y utopia*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales/CLACSO, 2002. p. 249-275. Disponível em: <http://www.ceapedi.com.ar/imagenes/biblioteca/libreria/326.pdf> (acesso: 20/04/2018).

ROUGERIE, Gabriel. *Geografia das paisagens*. São Paulo: DIFEL, 1971.

RODRIGUES, Igor Morais Mariano. *Fora das grandes aldeias: A ocupação do recôndito sítio arqueológico Vereda III*. Dissertação de mestrado em Antropologia. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2011. (mimeog.)

SALES, Cristiano Lima. *A Estrada Real nos cenários arqueológico, colonial e contemporâneo: construções e reconstruções histórico-culturais de um caminho*. Dissertação de mestrado em História. São João del-Rei: UFSJ, 2012. (mimeog.)

SEDA, Paulo. “Arqueologia e história indígena: por uma História Antiga da América”. In: OLIVEIRA, Ana Paula de P. Loures de. (org.). *Arqueologia e Patrimônio de Minas Gerais*. Juiz de Fora: Editar, 2007. p. 191-208.

VIEIRA, Flávia Cristina Costa. *O Estado contra o patrimônio: uma perspectiva arqueológica*. Monografia. Belo Horizonte: Curso de Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

VIEIRA, Flávia Cristina Costa. “Patrimônio arqueológico: a atuação do Estado no caso do Centro Cultural Banco do Brasil (BH/MG)”. In: *Anais do 1º Simpósio Científico ICOMOS Brasil*. Belo Horizonte, 2017.